



PORTARIA Nº 4022/PR/2018
(Revogada pela [Portaria da Presidência nº 5047/2021](#))

~~Altera o Anexo da [Portaria da Presidência nº 2.498](#), de 22 de setembro de 2010, que "altera os procedimentos para o pagamento de precatórios, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na forma determinada pela [Emenda Constitucional nº 62](#) à Constituição da República".~~

~~O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do [art. 26](#) e o [art. 408 do Regimento Interno do Tribunal](#), aprovado pela [Resolução do Tribunal Pleno nº 3](#), de 26 de julho de 2012,~~

~~CONSIDERANDO a [Portaria da Presidência nº 2.498](#), de 22 de setembro de 2010, que "altera os procedimentos para o pagamento de precatórios, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na forma determinada pela [Emenda Constitucional nº 62](#) à Constituição da República";~~

~~CONSIDERANDO que [referida Portaria](#), em seu art. 8º, definiu o modelo de ofício requisitório para a expedição de precatórios;~~

~~CONSIDERANDO que, a partir da vigência da [Emenda Constitucional nº 94](#), de 15 de dezembro de 2016, a pessoa com deficiência também faz jus ao pagamento prioritário;~~

~~CONSIDERANDO o que constou no Processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0010807-18.2018.8.13.0000,~~

~~RESOLVE:~~

~~Art. 1º O Anexo da [Portaria da Presidência nº 2.498](#), de 22 de setembro de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo Único desta Portaria.~~

~~Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~Belo Horizonte, 9 de fevereiro de 2018.~~

Desembargador **HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO**
Presidente



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

ANEXO ÚNICO

(a que se refere o art. 1º da Portaria da Presidência nº 4.022, de 9 de fevereiro de 2018)

ANEXO

(a que se refere o art. 8º da [Portaria da Presidência nº 2.498](#), de 22 de setembro de 2010)

 Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais Tribunal de Justiça	Ofício Requisitório de Precatório* Nº _____/_____/_____
* De acordo com o RITJMG e com a Resolução do CNJ nº 115/2010	
Magistrado(a) _____	
Vara/Cartório _____	Comarca _____
Exmo(a). Senhor(a) Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais Requisito o pagamento, em favor do(a) credor(a) e beneficiário(s), no(s) valor(es) individualizado(s), em virtude de decisão transitada em julgado, segundo as informações abaixo indicadas. Informo, outrossim, que não existe qualquer recurso pendente quanto aos valores contidos na presente Requisição.	
INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE VALORES	
1. REQUISIÇÃO (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, VI): Valor Total: R\$ _____ (_____)	
O valor total da requisição corresponde à soma dos valores previstos nos itens 2 e 3. (item 1 = item 2 + item 3 'a' + item 3 'b' + item 3 'c').	
Natureza do precatório: <input type="checkbox"/> comum <input type="checkbox"/> alimentar	
Processo de execução número: _____	
Data do ajuizamento do processo de conhecimento (se for o caso): ____/____/____	
Natureza da obrigação (assunto) a que se refere o pagamento:	
<input type="checkbox"/> Administrativo <input type="checkbox"/> Civil <input type="checkbox"/> Constitucional	
<input type="checkbox"/> Trabalhista <input type="checkbox"/> Tributário <input type="checkbox"/> Acidentária	
<input type="checkbox"/> Informar se o precatório decorre de desapropriação de imóvel residencial que se enquadra no art. 78, § 3º, do ADCT da Constituição da República.	
Descrição adicional: _____	
Ente devedor: _____	
CNPJ do Ente devedor: _____	
2. CRÉDITO PRINCIPAL (referente ao credor principal - item 5) * Valor: R\$ _____ (_____)	
* Obs.: apontar o valor deste item deduzido do montante requisitado a título de honorários contratuais de advogado e a título de compensação (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, VI e § 2º). Vide item 3, 'b' e item 4, 'a'.	
Data-base para efeito de atualização monetária do valor: ____/____/____	
3. OUTROS CRÉDITOS:	
a) <u>Honorários de sucumbência</u> (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, § 3º): Valor: R\$ _____ (_____)	
* Obs.: apontar o valor deste item deduzido do montante informado a título de compensação em direito de honorários sucumbenciais no item 4, 'b'. (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, VI e § 2º).	
Data-base para efeito de atualização monetária dos valores: ____/____/____	
Nome do beneficiário: _____	
CPF/CNPJ Nº _____	
OAB Nº _____	
Data de nascimento do credor: ____/____/____	
O beneficiário possui doença grave? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
O beneficiário é pessoa com deficiência? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
Existe decisão judicial para que haja o pagamento de crédito preferencial? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
(CR, art. 100, § 2º; Res. nº 115/2010, art. 10, § 2º).	

Cód. 10.10.800-9
Versão: 25/07/2018

pg. 1/3



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

b) Honorários contratuais de advogado (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, §§ 2º e 3º):	
Valor: R\$ _____ (_____)	
*Obs.: apontar o valor deste item deduzido do montante eventualmente informado a título de compensação em direito de honorários contratuais no item 4, 'b'.(Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, VI e § 2º). Vide item 4, 'b'.	
Data-base para efeito de atualização monetária dos valores: ____/____/____	
Nome do beneficiário: _____	
CPF/CNPJ Nº _____	
OAB Nº _____	
c) Honorários periciais (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, IV e VI):	
Valor: R\$ _____ (_____)	
*Obs.: apontar o valor deste item já deduzido do montante eventualmente informado a título de compensação em direito de outros beneficiários no item 4, 'c'.(Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, VI e § 2º). Vide item 4, 'c'.	
Data-base para efeito de atualização monetária dos valores: ____/____/____	
Nome do beneficiário: _____	
CPF/CNPJ Nº _____	
Data de nascimento do credor: ____/____/____	
O beneficiário possui doença grave? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
O beneficiário é pessoa com deficiência? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
Existe decisão judicial para que haja o pagamento de crédito preferencial? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
(CR, art. 100, § 2º; Res. nº 115/2010, art. 10, § 2º).	
4. COMPENSAÇÕES HAVIDAS (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 5º, VI):	
a) Em direito do credor principal: *	
Valor: R\$ _____ (_____)	
Natureza da compensação: <input type="checkbox"/> Comum <input type="checkbox"/> Alimentar	
VALOR APURADO APÓS A COMPENSAÇÃO: R\$ _____	
Data da intimação da entidade devedora para compensação do crédito do precatório com a dívida ativa: ____/____/____	
Data da decisão definitiva sobre a compensação dos débitos apresentados pela Fazenda Pública na forma do art. 100, §§ 9º e 10, da Constituição da República: ____/____/____	
b) Em direitos de honorários: *	
Valor: R\$ _____ (_____)	
Natureza da compensação: <input type="checkbox"/> Comum <input type="checkbox"/> Alimentar	
VALOR APURADO APÓS A COMPENSAÇÃO: R\$ _____	
Data da intimação da entidade devedora para compensação do crédito do precatório com a dívida ativa: ____/____/____	
Data da decisão definitiva sobre a compensação dos débitos apresentados pela Fazenda Pública na forma do art. 100, §§ 9º e 10, da Constituição da República: ____/____/____	
c) Em direito de outros beneficiários: *	
Valor: R\$ _____ (_____)	
Natureza da compensação: <input type="checkbox"/> Comum <input type="checkbox"/> Alimentar	
VALOR APURADO APÓS A COMPENSAÇÃO: R\$ _____	
Data da intimação da entidade devedora para compensação do crédito do precatório com a dívida ativa: ____/____/____	
Data da decisão definitiva sobre a compensação dos débitos apresentados pela Fazenda Pública na forma do art. 100, §§ 9º e 10, da Constituição da República: ____/____/____	
* É obrigatória a juntada do Certificado de Compensação no Ofício Requisitório, caso esta tenha ocorrido. O modelo de Certificado de Compensação está disponível na Rede TJMG, em http://www8.tjmg.us.br/servicos/formularios/fices/lista/formularios.jsp, no arquivo denominado «Certificado de Compensação de Precatório» código 10.10.506-9 (Resolução nº 115/2010, do CNJ, art. 6º, § 3º).	

Cód. 10.10.506-4 Versão: 25/07/2018

página 2/3



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

INFORMAÇÕES SOBRE O CREDOR PRINCIPAL	
5. CREDOR PRINCIPAL	
Nome do credor principal: _____	
CPF / CNPJ Nº _____	
Data de nascimento do credor: ____/____/____	
O credor possui doença grave? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
O credor é pessoa com deficiência? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
Existe decisão judicial para que haja o pagamento de crédito preferencial? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO (CR, art. 100, § 2º; Res. nº 115/2010, art. 10, § 2º).	
a) O credor é:	
<input type="checkbox"/> Incapaz <input type="checkbox"/> Espólio <input type="checkbox"/> Massa Falida <input type="checkbox"/> Menor	
Nome do representante legal: _____	
CPF / CNPJ Nº _____	
OAB Nº (se for o caso) _____	
b) Informações sobre o procurador do credor principal:	
Nome: _____	
CPF / CNPJ Nº _____	
OAB Nº _____	
INFORMAÇÕES SOBRE TRÂNSITO EM JULGADO	
6. Data do trânsito em julgado da sentença ou acórdão do processo de conhecimento: ____/____/____	
7. Data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou à impugnação ou a data do decurso de prazo para sua oposição: ____/____/____	
É obrigatório, se for o caso, o envio da(s) cópia(s) da(s) respectiva(s) decisão(s) dos Itens 6 e 7.	
OUTRAS INFORMAÇÕES	
8. Fornecer as seguintes indicações:	
<input type="checkbox"/> Precatório parcial <input type="checkbox"/> Precatório complementar <input type="checkbox"/> Precatório suplementar	
<input type="checkbox"/> Existe penhora sobre o crédito* Valor: R\$ _____ (_____)	
* Obs.: Anexar cópia da dedução referente à penhora, se for o caso.	
9. Enviar:	
a) cópia de documento que conste o nome e o nº do CPF/CNPJ/OAB e, se for o caso, PIS/PASEP e NIT, de qualquer credor, representante legal ou advogado que for mencionado no Ofício Requisitório;	
b) cópia(s) de decisão(ões) referente a precatório ou Requisição de Pequeno Valor (RPV) expedido ou em fase de expedição, que tenha relação com honorários advocatícios de sucumbência ou ainda honorários periciais;	
c) memória detalhada dos cálculos efetuados, individualizada por credor/beneficiário, com inclusão do valor principal da dívida, taxa de juros e a forma do seu cálculo, índices e base de cálculo da correção monetária e multa, se for o caso.	
Obs.: O Ofício Requisitório e as cópias que o instruem devem ser enviados em duas vias autenticadas.	
_____, ____ de _____ de _____	
_____ Escrivão(s) Judicial	_____ Magistrado(a)

Cód. 10.10.800-4 Versão: 25/07/2019

pg. 3/3